

# Orçamento pode ter erros, avisam trabalhadores

Nos últimos dias antes da entrega do Orçamento do Estado todo o tempo é pouco. Este ano o problema agrava-se pelo prolongar das negociações e pela greve na DGO que se continua hoje. A probabilidade de erros no documento é grande, avisa comissão de trabalhadores **FILIPA LINO** [flino@negocios.pt](mailto:flino@negocios.pt)\*



## ORÇAMENTO DO ESTADO 2014

Os trabalhadores da Direcção-geral do Orçamento (DGO) dizem que há uma grande probabilidade do Orçamento do Estado para 2014 ser entregue de forma incompleta e com erros.

Fonte da comissão de trabalhadores explicou ao **Negócios** que tudo dependerá do volume de alterações feitas ao documento em função do Conselho de Ministros deste domingo, que começou pela manhã e que continuava a decorrer no fim da tarde. De acordo com a mesma fonte, houve ordens superiores para “não ser dada importância aos detalhes desde que as linhas gerais do orçamento estejam bem”.

Recorde-se que os trabalhadores da DGO marcaram uma greve de três dias, que começou no sábado, em protesto contra as condições de trabalho nesta direcção-geral. A Comissão de Trabalhadores diz que a adesão à paralisação foi de 70% (num universo de 137 funcionários), mas “uma grande parte dos restantes 30% que não aderiram disseram não estar disponíveis para trabalhar este fim-de-semana”. Por isso a comissão calcula que apenas 10% se tenham apresentado ao serviço. “Temos informações de que não está quase ninguém na DGO”, afirmou.

Ainda assim os trabalhadores acreditam que a data de 15 de Outubro, estipulada por lei para a entrega do Orçamento do Estado (OE) na Assembleia da República, será cumprida. “Em termos políticos o Governo

decidiu não dar o braço a torcer. Eles preferem arriscar entregar o documento incompleto a falhar o prazo”, refere a mesma fonte.

Na sexta-feira passada, o Secretário de Estado do Orçamento confirmou aos jornalistas que o documento seria entregue na terça-feira, mas não quis comentar a greve.

Nesse mesmo dia, véspera da greve, a comissão de trabalhadores alega que houve pressões por parte da Direcção-geral e dos dirigentes. “Tentaram convencer-nos de que não íamos ter impacto porque a maior parte do trabalho já estava feita e disseram-nos que a nossa mensagem já tinha passado”. Mas no sábado os telefonemas começaram a chegar. “Ligaram a algumas pessoas que estavam em greve a pedir-lhes para irem trabalhar porque afinal havia mais trabalho do que pensavam”, revelou a mesma fonte acrescentando que “claramente estão muito aflitos”.

Esta é a segunda greve na Direcção-Geral do Orçamento. A primeira foi uma paralisação de um dia a 2 de Outubro. Na base da contestação está aquilo que os trabalhadores chamam de uma “sangria” de funcionários para outros serviços da administração pública que tratam as finanças públicas, por causa das “más condições de trabalho” na DGO. Contactado pelo **Negócios** o Ministério das Finanças reafirmou que não faz qualquer comentário à greve na DGO.

### Um “sprint” até dia 15 à noite

As principais decisões que estão na mesa do Conselho de Ministros implicam níveis muito diferentes de impacto orçamental e de dificuldade para a DGO. Algumas delas são bem mais importantes do ponto de vista político que financeiro.

A forma como os cortes salariais

## ENTREGA PARA AMANHÃ

[Governo deu ordem para] não ser dada importância aos detalhes desde que as linhas gerais do OE estejam bem.

FONTE DA COMISSÃO DE TRABALHADORES

no Estado vão ser implementados é a alteração de maior impacto orçamental e também uma das mais exigentes: embora a poupança total no Estado possa ser a mesma, faz muita diferença na orçamentação de cada serviço tratar-se de um corte transversal ou de uma redução em função do nível salarial. Já outras medidas, como a alteração ou a eliminação das subvenções vitalícias aos políticos ou os cortes nas pensões de sobrevivência, temas quentes mesmo dentro da coligação, têm implicações orçamentais inferiores à sua dimensão política. Não só o impacto na despesa é relativamente pequeno, como estão concentradas, permitindo a sua alteração sem dificuldade.

Na DGO, os últimos dias até à entrega do OE são habitualmente um “sprint” final numa maratona iniciada no Verão. A greve que se prolonga para hoje e o arrastar do Conselho de Ministros por todo o dia de ontem, garante que este ano será ainda mais assim. \* com **RPJ**



## Último orçamento da troika não é uma despedida da austeridade

Ainda não se sabe exactamente o que se vai seguir à saída da troika de Portugal – programa cautelar, segundo resgate sem FMI –, mas dificilmente será igual. O que parece certo é que a despedida da troika não significará dizer adeus à austeridade

**NUNO AGUIAR** [naguair@negocios.pt](mailto:naguair@negocios.pt)



## Maria Luís entre Washington e Luxemburgo

Para a ministra das Finanças será uma contagem contra o tempo até terça-feira, data limite para a entrega do Orçamento do Estado de 2014 na Assembleia da República. Washington, de onde veio domingo, Lisboa, Luxemburgo, segunda, e Lisboa, dia 15 para entregar o Orçamento do Estado de 2014. A ministra de Estado e das Finanças participou na reunião do Conselho de Ministros que se iniciou às dez da manhã, tendo chegado de madrugada de Washington onde participou, no sábado, num painel da conferência organizada pelo Institute of International Finance (IIF) "G20 e o futuro da governação económica global". Um debate que contou com a participação de Jörg Asmussen, do BCE. HG

## TROIKA SAI DA IRLANDA

Enda Kenny, o primeiro ministro irlandês, reafirmou este fim-de-semana que o programa de ajustamento da troika no país terminará a 15 de Dezembro, como previsto. Ainda não é certo - embora seja provável - o recurso do país a um programa cautelar, que deverá ser partilhado pela Comissão e pelo FMI. Está afastada a hipótese de um segundo resgate. O governo irlandês também apresenta na terça-feira o seu Orçamento do Estado para 2014, o qual inclui mais um pacote de austeridade que promete polémica.

Este é o último Orçamento do Estado da era troika. A preparação do OE 2015 já será diferente? Com o fim do programa de ajustamento económico e financeiro termina o financiamento oficial e, no imediato, as respectivas exigências de condicionalidade. No entanto, isso está longe de querer dizer que a austeridade terminou ou que Portugal recuperou a sua "soberania orçamental". A necessidade de se financiar no mercado e a insustentabilidade das actuais taxas de juro deixarão o País dependente de um mecanismo de transição, normalmente chamado programa cautelar.

"Não antecipo grandes melhorias de flexibilidade, até porque isso exigiria uma alteração entre os credores que eu não vislumbro", nota o economista Ricardo Arroja. "Formalmente será diferente, mas na prática será igual. Talvez seja tudo feito mais nos bastidores, sem estas avaliações públicas, mas as orientações orçamentais mantêm-se."

O Governo tem insistido na importância decisiva de terminar o programa de ajustamento e dos actuais compromissos com a troika. Aquilo que Paulo Portas tem classificado como "o fim do tempo do protectorado", a partir do qual Portugal reconquistará "parte da [sua] autonomia e liberdade enquanto nação". Ainda na sexta-feira, António Pires de Lima, ministro da Economia, admitia no Parlamento: "Temos uma obsessão que é terminar este programa de assistência económica e financeiro o mais rapidamente possível".

O problema é que já se tornou bastante claro que Portugal não deverá ser capaz de se financiar sozinho nos mercados financeiros a partir de Junho de 2014. E apesar de um cenário de segundo resgate ainda não ser totalmente de excluir - o que tornaria as condições futuras iguais às presentes, talvez sem o FMI - o cenário mais provável nesta altura é um programa cautelar.

O Banco Central Europeu e o Mecanismo Europeu de Estabilidade ficariam responsáveis por intervir no mercado primário e secundário, caso as taxas de juro portuguesas atingissem valores demasiado elevados. Este mecanismo de transição será acompanhado pela exigência de consolidação orçamental e reformas estruturais. Além disso, o comprometimento de Portugal com o tratado orçamental europeu exige que o défice continue a descer nos próximos anos.

"Talvez a dor seja menor, talvez seja menos exigente, mas quando estivermos a preparar o orçamento para 2015 teremos discussões semelhantes àquelas que estamos a ter hoje", afirma Nuno Teles, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Para o economista, "a diferença será muito pequena entre um programa cautelar e actualidade, uma vez que as exigências de condicionalidade continuarão".

## Formalmente será diferente, mas na prática será igual.

**RICARDO ARROJA**  
Economista

## Quando prepararmos o OE 2015 teremos discussões semelhantes àquelas que estamos a ter hoje.

**NUNO TELES**  
Economista